

## AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS: Incentivando a construção social de mercados para os produtos agrícolas na região de Campos dos Goytacazes/RJ.

Fernanda Medina de Souza<sup>1</sup>  
Gláucia Souza Ferreira<sup>2</sup>  
Jhones da Silva Lima<sup>3</sup>

**Resumo:** Uma das principais dificuldades da agricultura familiar refere-se à questão do desenvolvimento de alternativas tecnológicas para a produção e o acesso aos mercados e a comercialização dos produtos agrícolas. A propagação de tecnologias alternativas para a produção agrícola tem sucedido, no entanto a questão do acesso aos mercados e a comercialização da mercadoria, ainda se estabelece num grande desafio e no principal gargalo da inclusão socioprodutiva destes atores sociais (GUANZIROLLI, 2001). Nesta perspectiva, os programas públicos de aquisição de alimentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgem como mercados institucionais importantes tanto no que se refere à criação de mercados para os produtos da agricultura familiar como para novas oportunidades de comercialização e geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que colaboram no enfrentamento das problemáticas de produção, consumo e segurança alimentar e nutricional.

**Palavras Chaves:** Agricultura Familiar; Mercados Institucionais; PNAE.

### Introdução:

Agricultura Familiar significa uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, onde se é trabalhada atividades agropecuárias, desenvolvidas em propriedade rural ou em áreas comunitárias próximas, administrada por uma família com predominância de mão de obra familiar e que apresenta papel importante para o desenvolvimento do país. Esse tipo de produção tem relevância no âmbito de fomentar economias locais, levando a geração do bem estar nas comunidades e garantindo a segurança alimentar por meio da contribuição para uma alimentação balanceada com a proteção da agrobiodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais (IBGE, 2006)

De acordo com Guilhoto, Ichihara, Silveira, et al (2007), o setor agropecuário familiar é sempre apontado por sua elevada importância na geração de emprego e na

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense -fernandamedina@id.uff.br

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense - glauciaferreira@id.uff.br

<sup>3</sup> Universidade Federal Fluminense - jhonesl@id.uff.br

produção de alimentos, em sua maioria voltados para o autoconsumo, ou seja, possui maior ênfase nas funções de caráter social do que nas econômicas, tendo em vista sua menor escala e incorporação tecnológica. Contudo, se torna necessário salientar que a produção familiar, além de ser um fator vem ajudando na redução do êxodo rural, ela é fonte de recursos para as famílias que possuem menores condições financeiras.

Durante os últimos anos, no Brasil, importantes transformações ocorreram com a agricultura brasileira, principalmente após a constituição de 1988, pois foi através dela que se realizaram mudanças significativas em relação ao desenvolvimento rural, como a inclusão desses trabalhadores na Previdência Social e a desapropriação de terras particulares improdutivas.

Segundo Lima e Pitaguari (2005), políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais do crescimento e desenvolvimento de uma economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar poderiam contribuir para a diminuição de algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como, por exemplo, a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Tendo superado estas dificuldades, o setor poderia então contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos. (JUNQUEIRA ; LIMA, 2008).

Com a Previdência Social foi aberto um canal para criação de políticas públicas para beneficiar os produtores do meio rural, pois logo após a criação desse sistema verificou-se que no país, foram implantadas políticas com o mesmo intuito de amparar os agricultores familiares. Tais políticas abrangem desde as linhas de créditos para a produção e investimento agrícola, como o PRONAF ( Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) , até a obrigatoriedade de pelo menos 30% da alimentação escolar seja oriunda da agricultura familiar como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Neste âmbito, Junqueira e Lima (2008) declaram que os empasses enfrentados pelos agricultores familiares no Brasil e as singularidades do setor requerem políticas

públicas pertinentes, que viabilizem estas pequenas iniciativas produtivas, auxiliem na manutenção do produtor rural no campo, reduzindo o fluxo do êxodo rural, e contribuindo para o desenvolvimento regional.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a eficácia dos mercados institucionais como possíveis canais de comercialização para os agricultores assentados da reforma agrária e promover a difusão de conhecimentos referentes aos programas PAA e PNAE, os critérios, estratégias e mecanismos de acesso aos agricultores familiares assentados do Programa de Reforma Agrária aos mercados locais e institucionais, com destaque para o município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro.

## **Referencial Teórico**

### **Agricultura Familiar na Região Norte Fluminense**

A Região Norte Fluminense é formada pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Esta região que apresenta uma população estimada pelo IBGE (2014) de 895.000 habitantes e um PIB, a preços correntes em 2012, de R\$ 72.000.000.000 (setenta e dois bilhões) com destaque para o município de Campos dos Goytacazes que apresenta uma densidade demográfica de 115,16 habitantes por quilometro quadrado e o maior indicador em do Produto Interno Bruto (ver tabela 1).

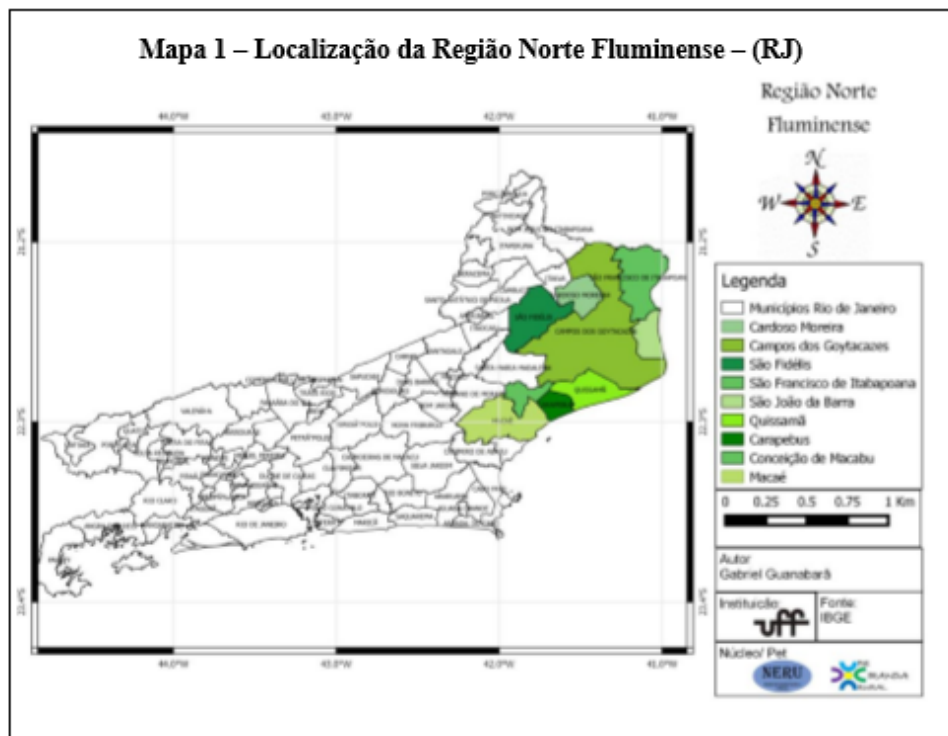


Tabela 1: Produto Interno Bruto(R\$1.000) e taxa de crescimento: Estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e municípios, 2012 e 2013.

	2012	2013	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
ERJ	573.849.780	626.319.607	9,14
Norte Fluminense	107.179.946	107.804.468	0,58
Campos dos Goytacazes	59.471.412	58.249.456	-2,05
Carapebus	899.468	858.069	-4,60
Cardoso Moreira	220.026	289.192	31,44
Conceição de Macabu	231.345	262.438	13,44
Macaé	17.310.938	19.181.481	10,81
Quissamã	5.470.267	4.863.659	-11,09
Rio das Ostras	14.916.964	14.883.443	-0,22
São Fidélis	614.597	604.913	-1,58
São Francisco de Itabapoana	1.035.107	1.381.387	33,45
São João da Barra	7.009.824	7.230.430	3,15

Fonte: IETS, elaborado com base nos dados do IBGE

Os municípios mais populosos mantêm suas posições relativas em termos do PIB de 2012 segundo IBGE. Campos dos Goytacazes (R\$ 59 bi) e Macaé (R\$ 17 bi) detém (juntos) 80% da produção regional. Em um segundo patamares estão São João da Barra (R\$7bi) e Quissamã (R\$ 5 bi), contribuindo com 14% do produto da região. Os demais (cinco) municípios respondem por 4% do PIB da região Norte, participando individualmente com até 1,5% da produção.

A produção açucareira foi a principal atividade desta região. Porém, nas últimas décadas, o petróleo e gás natural assumiram importante papel na economia regional reinscrindo esta região em importância no conjunto da economia estadual. Com a exploração petrolífera da Bacia de Campos o crescimento do PIB nas cidades beneficiadas com a receita provenientes dos *royalties* passou a ser um fator importante. Esta receita em parte explica a recente dinâmica urbana presenciada nos municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, São João da Barra e Carapebus. Simultaneamente, novos investimentos na área de mineração têm dinamizado as atividades econômicas regionais. Contudo, o cultivo da cana-de-açúcar e a produção do açúcar/álcool se posicionam com destaque, sobretudo com a participação do município de Campos dos Goytacazes. A despeito da crise que afetou esta atividade e foi responsável pelo fechamento de inúmeras usinas, o setor se reestruturou modernizando suas plantas industriais através da mecanização e concentração da produção em grandes unidades.

Em termos fundiários, o município de Campos dos Goytacazes apresenta fortes disparidades, ao lado da cultura canavieira e da pecuária caracterizada pelo grande latifúndio se desenvolveram reduzidos estabelecimentos familiares ou médias propriedades voltados para a produção de mercadorias do setor alimentícios, bem como para a produção de cana-de-açúcar e sua transformação. A partir dos anos de 1990, o município também passou por um exaustivo processo de rearranjos territoriais resultantes do processo de reestruturação econômica no qual se encontra o fechamento de algumas usinas de cana-de-açúcar e a implantação dos assentamentos rurais, fruto da pressão exercida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais). A despeito dos problemas que cercam a política fundiária (terras de baixa fertilidade e produtividade, infraestrutura inadequada, crise hídrica entre outras) essas áreas apresentam fortes potenciais produtivos e, um papel importante na agricultura campista

(CARVALHO & KATO, 2009). Muitas estudos relatam que os assentamentos promovem mudanças importantes na estrutura fundiária (LEITE, et al, 2004; SANT ANA, et al. .2009.; SPAVOREK, 2003) tornando-se mais visíveis à medida que crescem o número de projetos de assentamentos concentrados num mesmo raio de influência (CARVALHO; KATO, 2009).

Os assentamentos da reforma agrária, que tiveram maior expressividade a partir de 1996, possuem um papel de extrema importância no desenvolvimento do setor agropecuário do município conseguindo, para abastecimento de parte do mercado interno. Porém suas dificuldades não são diferentes do restante da agricultura familiar do município, pois essa renda gerada na atividade apenas tem conseguido manter os produtores no lote e na produção, sem expectativa de expansão, tendo obstáculos nos canais de escoamento e comercialização que dificultam ainda mais esta atividade econômica entre estes agricultores. Logo há a necessidade da criação de políticas públicas diferenciadas para este segmento por parte do município.

### **Histórico dos mercados institucionais no Brasil**

Política pública é “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26). Para a autora, a concepção dessas políticas refere-se ao estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que conseguiram resultados ou mudanças no mundo real.

As políticas públicas que são direcionadas à agricultura familiar brasileira, até meados da década de 1990, resumiam-se em extensão rural e concessão de crédito para inovação tecnológica e apoio à produção. Essa perspectiva é reflexo do processo de “modernização conservadora” levado a cabo no Brasil desde a segunda metade da década de 1960 (SCHNEIDER 1995; KAGEYAMA, 2004; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2005; SACCO DOS ANJOS, CALDAS e GRIEP 2010). Com o empobrecimento rural e a concentração de terras, conseqüências deste processo, a atuação do Estado a partir de meados dos anos de 1990 é também direcionada para a redistribuição fundiária (Reforma Agrária e



Programas como o Banco da Terra), bem como a ampliação do acesso ao crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Na última década tem-se a implantação dos chamados mercados institucionais (MI). Essa mudança de foco é resultado da pressão dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar que desde o final do período pós-ditadura militar intensificaram sua atuação.

O excedente de mão de obra e a concentração de terras (consequências do processo de modernização) mobilizaram os agricultores. Os movimentos sociais do campo, nos anos 1980 denunciaram a situação de exclusão social e econômica no meio rural brasileiro e a inviabilidade das políticas desenvolvimentistas do Estado autoritário. A partir dos anos 2000 temas como comercialização da produção, acesso a mercados e garantia de preço figuram entre as principais reivindicações desses movimentos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2008. SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2009).

Essa ampliação das políticas públicas direcionadas para o meio rural é acompanhada pela mudança do direcionamento de pesquisas acadêmicas, focando agora na necessidade de mostrar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, como preservação de um estilo de vida e de uma cultura, e não apenas para o desenvolvimento produtivo das unidades de produção agropecuária.

Becker e Sacco dos Anjos (2008, p.1) afirmam que o quadro de crise econômica e produtiva acaba levando o Estado a tomar atitudes que venham a afirmar a agricultura familiar como ferramenta estratégica à promoção da soberania alimentar com produção diversificada de alimentos e matéria-prima. O debate sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar ganha, assim, destaque. Para muitos essa forma de produção garante o abastecimento alimentar da população, ao mesmo tempo em que promove um desenvolvimento equilibrado em termos sociais e ambientais (CARMO, 1998). Como afirma Zander Navarro (2001, p.86), há dois momentos no discurso político e acadêmico acerca do desenvolvimento rural que merecem ser pontuados. Um primeiro, da década de 1970, de caráter conservador, que apoiava-se na noção de desenvolvimento econômico como meio de desenvolvimento social. O outro, desde os anos 90 com os acontecimentos que culminaram na criação do PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar), com enfoque

triplo no caráter econômico, social e ambiental. Esse período caracteriza-se também pelo espaço que a agricultura familiar ganha na criação e definição de políticas públicas.

Muller (2007) resgata a trajetória das políticas destinadas ao meio rural brasileiro: primeiro dirigem-se à distribuição de terras (estrutura fundiária) e em um segundo momento concentram-se no desenvolvimento de uma política previdenciária aos trabalhadores rurais. E por fim, com a instituição do Pronaf em 1996, direcionam-se à agricultura como forma social de produção. O objetivo desta política é gerar crédito para custear a produção agropecuária. Embora o Pronaf represente um marco na história da intervenção estatal na agricultura familiar (SACCO DOS ANJOS et. al., 2004.), concentra muitas críticas por restringir-se a uma mera política de custeio e também pelo montante disponibilizado à agricultura familiar ser muito inferior ao disponibilizado à agricultura patronal.

As compras institucionais (doação simultânea, formação de estoque, venda para exércitos, hospitais, escolas e etc.) vêm ganhando espaço nas esferas de discussão política e acadêmica. Mostram-se como alternativa de afirmação da agricultura familiar e a promoção da soberania alimentar da população, sendo articulada com a noção de desenvolvimento rural.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído em 2003, com o intuito de assegurar o provimento de alimentos em quantidade, qualidade e constância adequadas para as necessidades de grupos em condição de insegurança alimentar e nutricional, proporcionando, destarte, a inclusão social dessas populações, além de estimular o fortalecimento da agricultura. O escopo do programa caracteriza-se por uma vasta amplitude, abarcando medidas voltadas para a produção, comercialização e consumo. O PAA surge, inicialmente, como um subsidiário do Programa Fome Zero e passa a ganhar maior dimensão por sua proposta inovadora de promover de forma articulada o desenvolvimento da agricultura familiar e a redução da situação de vulnerabilidade social em que se encontram muitos contingentes populacionais (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010).

Operacionalmente, o PAA estrutura-se em diferentes modalidades voltadas, sobretudo, para a compra pública de produtos (tanto in natura quanto processados) da agricultura familiar a preços garantidos, contemplando preferencialmente os agricultores menos capitalizados. Os alimentos adquiridos aprovacionam abrigos, hospitais, creches, entidades filantrópicas, restaurantes populares e são doados para populações em situação de insegurança alimentar,



cadastradas em programas de assistência estatal ou beneficente, podendo ainda ser utilizados para a formação de estoques públicos. Cabe destacar que, muitos dos avanços alcançados pelo PAA decorrem de mecanismos específicos do programa, que exigem ou recompensam financeiramente determinadas práticas ou formas de organização coletiva.

A experiência positiva do PAA transcendeu os limites do programa, incentivando uma mudança significativa para a inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Conforme Belik e Chaim (2009), o PNAE originou-se em 1954, tendo por objetivo diminuir a insuficiência nutricional de estudantes de baixa renda. Originalmente, o programa apresentava caráter pontual, porém, ao longo dos anos, foi expandindo a amplitude de sua ação para todo o território nacional, até se tornar direito assegurado a todos os estudantes com a Constituição de 1988. Mais um passo importante é dado em 1994, com a descentralização do programa mediante o estabelecimento de convênios entre União, estados e municípios para o repasse de verba federal, desde que cumprido o requisito de formação de Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) nos estados e municípios. Como salientam Belik e Chaim (2009), esse processo descortinou uma via importante para a comercialização dos produtos da agricultura familiar:

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do país. As compras institucionais descentralizadas também abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local e do produtor familiar nesse mercado institucional. E a criação dos CAEs, por sua vez, possibilitou aos membros da comunidade escolar uma maior proximidade em relação à gestão do PNAE (BELIK & CHAIM, 2009, p. 597).

Contudo, o fator definitivo para o estreitamento das relações entre PNAE e agricultura familiar veio em 2009, com a medida provisória que estabelece a imposição legal de que pelo menos 30% dos recursos expedidos pelo governo federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sejam despendidos pelos estados e municípios na aquisição de alimentos advindos da agricultura familiar. Ademais, escusam-se os alimentos da

agricultura familiar adquirido por meio de chamada pública da obrigatoriedade de passar por processo licitatório, eliminando a burocracia desses procedimentos que limitavam o acesso dos agricultores familiares ao programa (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa se baseia em metodologias participativas. Ou seja, permitem em diferentes contextos e realidades que se estabeleça entre os atores sociais um diálogo aberto e colaborativo, de modo a que seus integrantes interajam entre si e produzam o seu conhecimento/aprendizagem.

À vista disso, três eixos orientaram o desenvolvimento e transferência de tecnologia: Comunicação - produção de material pedagógico sobre os programas (boletins, cartilhas, vídeos, redes sociais, catálogos); Formação - capacitação de recursos humanos; Mobilização e inserção dos agricultores em redes de cooperação e outros arranjos institucionais que estimulem a participação do público-alvo.

Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico juntamente com a elaboração de resenhas a cerca dos temas ciência, tecnologia e inovação (C,T&I); e sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir desse levantamento, realizou-se uma coleta de dados primários junto aos órgãos oficiais (CONAB e prefeitura), sobre a participação dos agricultores locais nos programas estudados, além de entrevistas semi-estruturadas com os agricultores familiares, lideranças das associações de agricultores, técnicos extensionistas e gestores municipais e estaduais.

Concomitantemente buscou-se oferecer aos participantes (agricultores familiares, cooperativas e/ou associações e gestores públicos) um conjunto de informações a fim de possibilitar:

i) Entendimento sobre o que são mercados, o que são mercados institucionais e como estes se formam e de que modo os agricultores podem acessá-los.

ii) Compreensão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como potenciais mercados institucionais para os produtos agrícolas;

iii) Identificação dos passos e critérios necessários para que os agricultores possam acessar e participar dos mercados locais e dos mercados institucionais;

iv) Acesso a informações sobre como atribuir preços a produtos e serviços.

Para atingir os objetivos expostos, realizou-se: a) A participação direta do projeto “Sabores da Terra” vinculado ao Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, pólo Campos dos Goytacazes; b) Elaboração de materiais informativos com a cartilha virtual, sobre o PNAE e o catálogo de potenciais mercados; c) Organização de uma oficina pedagógica destinada aos agricultores com o tema: “como definir o preço de venda e de determinados produtos ou serviços” com a produção de material pedagógico (apostila); d) Incentivos à participação dos agricultores familiares nas reuniões do Colegiado Territorial e de outros espaços de discussão de políticas públicas; e) Aplicação de um questionário aos produtores do Acampamento Luiz Maranhão, do município de Campos dos Goytacazes/RJ, com o intuito de compreender as dinâmicas dos processos produtivos locais, o escoamento da produção e se o agricultor tinha conhecimento sobre as políticas públicas citadas;

## **Resultados:**

A partir da metodologia apresentada, notou-se que a participação no projeto “Sabores da Terra” - cujo objetivo é criar novos canais de comercialização provenientes da agricultura local no interior da universidade – vem incentivando debates sobre políticas públicas de consumo de alimentos benéficos à saúde, ao meio ambiente e às relações sociais de trabalho, aos agricultores familiares.

Os estímulos à participação destes agricultores tanto nos Sabores da Terra, quanto nas reuniões do Colegiado Territorial, culminou na participação da I Feira Territorial da Reforma Agrária do Norte Fluminense, que ocorreu entre os dias 10 e 11 de junho de 2016. Esta Feira reuniu agricultores familiares, quilombolas, pescadores e assentados de municípios das Regiões Norte e Noroeste Fluminense a fim de disponibilizar os produtos produzidos com sustentabilidade social e vendidos diretamente pelos seus próprios produtores, como um incentivo a venda direta de alimentos pelos seus próprios produtores. Nela, a partir dos

Sabores da Terra, houve uma representação da produção dos agricultores Assentamentos Ilha Grande, Che Guevara, e Antônio de Farias, ambos vinculados ao projeto.

Além disso, realizou-se uma visita ao Acampamento Luiz Maranhão no dia 08 de outubro de 2016, com uma atividade de integração com os participantes, e uma a exposição metodológica do projeto Sabores da Terra, e aplicação do questionário. Esta experiência, assim como a elaboração da cartilha sobre o PNAE, levou maiores informações aos agricultores familiares sobre diferentes canais de comercialização.

Sendo assim, baseado nas conversas informais, experiências realizadas e no levantamento bibliográfico, os agricultores efetivamente demonstraram uma necessidade de maiores informações para acessar os mercados institucionais. Dado que possuem a produção para aportar os mercados e o principal gargalo tem sido o acesso tanto aos formais quanto os não formais e institucionais como propõe o PNAE.

Nessa perspectiva, conclui-se que é necessária a atuação da Universidade no assessoramento de dinâmicas sociais que incentivem processos de comunicação colaborando para o conhecimento, divulgação e a ampliação da escala geográfica e social dos programas e as políticas públicas mencionados junto aos agricultores familiares e a comunidade (escolas, hospitais, asilos, prefeituras etc) e gestores públicos.

### **Referencial Bibliográfico:**

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mHIOJSvyWfoJ:portal.mda.gov.br/o/1635683+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em 22 de Junho de 2017.

AVANCINI, H. Agricultura Brasil 2. Disponível em: <http://www.slideshare.net/ProfessorHerculesAvancini/agricultura-brasil-2>. Acesso em 28 de Fev. de 2017.

BARROS, G Sant'Ana C. Agricultura Familiar. Disponível em: [http://www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea\\_9.doc](http://www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_9.doc). Acesso em 28 de Fev. de 2017.

BECKER, C. SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e Desenvolvimento Rural: Limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. Periódico de Segurança Alimentar e Nutricional da Unicamp. Vol 17,nº1, 2010.

BELIK, W. CHAIM, N.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: Eficiência Administrativa, controle social e desenvolvimento local. Revista Brasileira de Nutrição. Vol 21,nº 3 2009.

BORGES, J. Agricultura. Disponível em: [http://professorjorgeborges.blogspot.com/2009\\_06\\_01\\_archive.html](http://professorjorgeborges.blogspot.com/2009_06_01_archive.html). Acesso em 28 de Fev. de 2017.

CALDAS, N. V ; SACCO DOS ANJOS,F. A seguridade social rural como um seguro agrícola: alcances previstos e imprevistos de uma política pública no sul do Brasil. Iberoamericana (Madrid), v. 36, p. 57-78, 2009.

CARVALHO, R. L; KATO, K. Novas perspectivas para as atividades de base agropecuária no município de campos e seu entorno. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Trabalho de Monografia – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GUILHOTO, J. J.M.; ICHILHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C; AZONNI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A Importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Brasil, 2006.

IBGE. Censos Agropecuários 2006. Disponível em: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acesso em 15 de Maio de 2017

IBGE. IBGE Cidades, 2012. Disponível em: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acesso em 18 de Maio de 2017.

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2006, 2009. Disponível em: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acesso em 18 de Maio de 2017

LEITE, S. et al. Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD, São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LIMA, J. F; PITAGUARI, S. O. As ideias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, nº 10. Campo Grande: UCDB, 2005

MULLER, A. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

RIBEIRO, A. C. A Economia Norte Fluminense: “análise da conjuntura e perspectivas”. Campos dos Goytacazes :Grafmar, 2010.

ROSA, J. S.<sup>1</sup>; SACCO DOS ANJOS, F. Mercados institucionais como ferramenta ao desenvolvimento rural: análise da experiência de uma cooperativa na região sul do Rio Grande do Sul. Santa Catarina. Disponível em : <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa27-mercadosinstitucionaisferramentadesenvolvimentorural.pdf>. Acesso em 20 de Maio de 2017.

SACCO DOS ANJOS, F; BECKER, C . Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: O desenvolvimento como liberdade. Revista Econômica do Nordeste, v. 2014, p. 1-10, 2014.

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, DF, v. 20, n.n.1, p. 11-44, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O Rural Brasileiro: velhas e novas questões em debate. Teoria & Pesquisa, v. 17, p. 49-66, 2008.

SANT ANA, A. L.; TARSIANO, M. A. A. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 47, jul/set., 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p. 20-45.

SPAVOREK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. Projeto de Cooperação Técnica. MDA/FAO, 2003.